



Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana

Autorizada pela Portaria Ministerial nº 552 de 22 de março de 2001 e publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2001.
Endereço: Rua Juracy Magalhães, 222 – Ponto Central - CEP 44.032-620
Telefax: (75) 3616-9466 - Feira de Santana-Bahia
Site: www.fat.edu.br E-mail: fat@fat.edu.br
CGC: 01.149.432/0001-21

PROGRAMA DE DISCIPLINA

CURSO	ANO/SEMESTRE LETIVO
Direito	2015.2
CÓDIGO	DISCIPLINA
DIR231	Direito Processual Penal II
CARGA HORÁRIA	SEMESTRE DE OFERTA
72h	6º

EMENTA

Questões e processos incidentes. Persecução penal e medidas cautelares reais e pessoais que implicam em restrições a direitos fundamentais do acusado. Classificação a medidas cautelares quanto à sua natureza e finalidade. Prisão Provisória e prazos de duração. Espécies de prisões. Liberdade provisória. Sujeitos da relação processual penal. Sentença penal. Teoria geral do sistema recursal. Recursos em espécies e ações autônomas de impugnação. Nulidades e sua disciplina jurídica no Processo Penal. Aspectos processuais das leis Extravagantes (Lei de Tóxicos, Crimes Hediondos, Organizações Criminosas, Lavagem de Capitais).

OBJETIVOS

Propiciar aos acadêmicos do curso de Direito o conhecimento técnico-teórico (doutrina) e prático (entendimento jurisprudencial) do conteúdo programático da disciplina em curso, apontando o caminho para uma avaliação crítica dos temas ministrados em sala de aula, estimulando-os a desenvolver potenciais pontos de pesquisa acadêmica. **Propor** o pensamento crítico para a interpretação e aplicação prática das normas processuais penais ao contexto social brasileiro, considerando as diversas opiniões doutrinárias e jurisprudenciais, bem como a observância dos direitos fundamentais aplicáveis, além de apresentar o impacto social gerado pela aplicação da lei processual penal em conformidade ao ordenamento constitucional, analisando a progressão histórica do sistema processual penal nacional vigente. Distinguir o direito processual penal dos demais ramos

do direito, compreendendo sua importância, de modo a se habilitar a entender suas nuances e, por meio do conhecimento anterior vivido, ou seja, cultural, religioso e toda a sua bagagem, aprimorar a forma de ver o direito no âmbito jurídico e desmistificar o que conhecia sem o verdadeiro envolvimento do direito.

PERFIL DO EGRESSO

O perfil do profissional do Direito almejado pela Faculdade Anísio Teixeira é o de um Profissional com percepção ampla da realidade jurídico-política e social; partindo, para tanto, de elementos epistemológicos fundamentais que permitam uma visão integral do homem, da sociedade e do mundo; onde o Direito seja entendido como parte integrante de um sistema complexo que constitui o mundo contemporâneo, capaz de inserir-se no mercado de trabalho apto a contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática e plural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1 QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

1.1 Questões prejudiciais (arts. 92 a 94 do CPP)

1.1.2 Questões prejudiciais penais (homogêneas, comuns, imperfeitas ou não devolutivas)

1.1.3 Questões prejudiciais extrapenais (heterogêneas, jurisdicionais, perfeitas ou devolutivas)

1.1.4 Questões prejudiciais extrapenais devolutivas absolutas (ou obrigatórias)

1.1.5 Questões prejudiciais extrapenais devolutivas relativas (ou facultativas)

1.1.6 Impugnação da suspensão do processo ou de seu indeferimento

1.1.7 Suspensão do processo *ex officio*

1.2. Exceções (arts. 95 a 111 do CPP)

1.2.1 Previsão legal

1.2.2 Classificação

1.2.3 Exceção de suspeição

1.2.3.1 Considerações gerais

1.2.3.2 Momento da propositura

1.2.3.3 Precedência no julgamento

1.2.3.4 Procedimento

1.2.3.5 Validade dos atos praticados pelo juiz suspeito

- 1.2.3.6 Impedimento e incompatibilidade
- 1.2.3.7 Afirmação *ex officio*
- 1.2.3.8 Outros sujeitos passivos da exceção de suspeição (e de impedimento e de incompatibilidade)
- 1.3 Exceção de incompetência do juízo
 - 1.3.1 Considerações gerais
 - 1.3.2 Momento para a propositura
 - 1.3.3 Procedimento
 - 1.3.4 Declaração de ofício pelo juiz
- 1.4. Exceção de litispendência
 - 1.4.1 Considerações gerais
 - 1.4.2 Processo junto ao qual deve ser arguida a exceção de litispendência. Prazo
 - 1.4.3 Procedimento
 - 1.4.5. Declaração de ofício pelo juiz
- 1.5 Exceção de ilegitimidade de parte
 - 1.5.1 Considerações gerais
 - 1.5.2 Prazo
 - 1.5.3 Procedimento
 - 1.5.4 Declaração de ofício pelo juiz
- 1.6 Exceção de coisa julgada
 - 1.6.1 Considerações gerais – natureza, prazo e procedimento
 - 1.6.2 Coisa julgada formal, coisa julgada material e coisa soberanamente julgada
 - 1.6.3 A exceção de coisa julgada e os limites objetivos e subjetivos
 - 1.6.4 Exceção de coisa julgada no concurso formal de crimes
 - 1.6.5 Exceção de coisa julgada no crime continuado
 - 1.6.7 Exceção de coisa julgada nos crimes permanentes
 - 1.6.8 Exceção de coisa julgada nos crimes habituais
- 1.7 Formas de impugnação da decisão judicial proferida nas exceções de suspeição, incompetência, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada
 - 1.7.1 Procedência e improcedência da exceção de suspeição
 - 1.7.2 Procedência e improcedência das exceções de incompetência, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada
 - 1.7.3 Reconhecimento *ex officio* pelo juiz da incompetência do juízo, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada
- 1.8 Conflito de jurisdição (arts. 113 a 117 do CPP)
 - 1.8.1. Considerações gerais

- 1.8.2 Legitimidade
- 1.8.3 Forma e oportunidade
- 1.8.4 Procedimento
- 1.8.5 Distinção entre conflito de competência/jurisdição e conflito de atribuições no caso concreto
- 1.8.6 Avocatória
- 1.8.7 Competência para a decisão sobre os conflitos de competência e jurisdição
- 1.9 Restituição das coisas apreendidas (arts. 118 a 124 do CPP)
 - 1.9.1 Considerações gerais
 - 1.9.2 Pedido de restituição e incidente de restituição
 - 1.9.3 Pedido de restituição
 - 1.9.4 Incidente de Restituição das coisas apreendidas (arts. 118 a 124 do CPP)
 - 1.9.5 Considerações gerais
 - 1.9.6 Pedido de restituição e incidente de restituição
 - 1.9.7 Pedido de restituição
 - 1.9.8 Incidente de restituição
 - 1.9.9-Oitiva prévia do Ministério Público
- 1.10.1 Medidas assecuratórias (arts. 125 a 144 do CPP)
 - 1.10.2 Considerações gerais
 - 1.10.3 A ação de execução *ex delicto* e a ação civil *ex delicto*
 - 1.10.4 Ação de execução *ex delicto*
 - 1.10.5 Ação civil *ex delicto*
- 1.11.1 Sequestro de bens imóveis (arts. 125 a 133 do CPP)
 - 1.11.2 Fases
 - 1.11.3 Requisito indispensável
 - 1.11.4 Legitimidade
 - 1.11.5 Defesa
 - 1.11.6 A apelação e o mandado de segurança como formas de insurgência em relação à decisão de sequestro de bens
 - 1.11.7 Procedimento
 - 1.11.8 Levantamento
 - 1.11.9 Finalização
 - 1.11.10 Sequestro de bem móvel (arts. 132 e 133 do CPP)
 - 1.11.11 Sequestro de bens ou valores equivalentes (art. 91, § 2.º, do CP)
- 1.12.1 Hipoteca legal (arts. 134 a 144 do CPP)
 - 1.12.2 Considerações gerais

- 1.12.3 Fases
- 1.12.4 Requisitos indispensáveis
- 1.12.5 Legitimidade
- 1.12.6 Defesa
- 1.12.7 Procedimento
- 1.12.8 Cancelamento
- 1.13.1 Arresto prévio ou preventivo
- 1.13.2 Considerações gerais
- 1.13.2 Revogação
- 1.13.4 Arresto (art. 137 do CPP)
- 1.13.5 Venda antecipada dos bens
- 1.14. Medidas assecuratórias de bens previstas na legislação especial
- 1.15 Medidas previstas na Lei 9.613/1998 – lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores
- 1.16 Medidas assecuratórias na Lei 11.343/2006 – crimes relacionados ao uso indevido e tráfico ilícito de drogas, entre outros
- 1.17 Incidente de falsidade documental (arts. 145 a 148 do CPP)
 - 1.17.1 Considerações gerais
 - 1.17.2 Forma e legitimidade
 - 1.17.3 Procedimento
 - 1.17.4 Recurso cabível
 - 1.17.5 Coisa julgada
- 1.18 Incidente de insanidade mental (arts. 149 a 154 do CPP)
 - 1.18.1 Instauração
 - 1.18.2 Providências relativas à instauração
 - 1.18.3 Perícia
 - 1.18.4 Conclusões do incidente de insanidade mental e reflexos no processo criminal
 - 1.18.5 Considerações sobre a medida de segurança
 - 1.18.6 Incapacidade mental constatada no curso do procedimento do Tribunal do Júri
 - 1.18.7 Incapacidade superveniente à execução da pena
- 2. Sentença penal.
 - 2.1 Definição.
 - 2.2 Generalidades.
 - 2.3 Natureza jurídica.
 - 2.4 Classificação das decisões.

- 2.5 Conceito de sentença em sentido estrito.
- 2.6 Classificação das sentenças em sentido estrito.
- 2.7 Requisitos formais da sentença.
- 2.8 Sentença suicida.
- 2.9 Princípio da correlação entre a acusação e a sentença.
- 2.10 *Emendatio libeli*.
- 2.11 *Mutatio libeli*.
- 2.12 Sentença absolutória: hipóteses e efeitos.
- 2.13 Sentença absolutória imprópria.
- 2.14 Sentença condenatória.
- 2.15 Efeitos.
- 2.16 Intimação da sentença.

- 3. Medidas acautelatórias reais e pessoais (diversa da prisão).
 - 3.1 A tutela cautelar no processo penal (lei nº 12.403/11).
 - 3.2 Princípios gerais aplicáveis às medidas cautelares.
 - 3.3 Pressupostos das medidas cautelares: *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis*.
 - 3.4 Características das medidas cautelares.
 - 3.5 Procedimento para a aplicação das medidas cautelares pessoais.
 - 3.6 Cautelares reais (medidas assecuratórias).
 - 3.7 Recursos cabíveis.
 - 3.8 Duração e extinção das cautelares.
 - 3.9 Revogabilidade e substitutividade das cautelares.

- 4. Prisões.
 - 4.1 Conceito e fundamentos.
 - 4.2 Espécies de prisão.
 - 4.2.1 Prisão civil.
 - 4.2.2 Prisão administrativa.
 - 4.2.3 Prisões provisórias (cautelares).
 - 4.2.4 Revogação da prisão decorrente de pronúncia.
 - 4.3 Momento da prisão.
 - 4.4 Inviolabilidade do domicílio e Cláusula de reserva de jurisdição.
 - 4.5 Imunidades prisionais.
 - 4.6 Emprego da força e uso de algemas.
 - 4.7 Mandado de prisão.

- 4.8 Sujeitos da prisão.
 - 4.9 Direitos do preso.
 - 4.10 Prisão em flagrante.
 - 4.10.1 Conceito.
 - 4.10.2 Fases.
 - 4.10.3 Natureza jurídica.
 - 4.10.4 Flagrante facultativo e obrigatório.
 - 4.10.5 Espécies de flagrantes.
 - 4.10.6 Auto de prisão em flagrante.
 - 4.11 Prisão preventiva.
 - 4.11.1 Conceito.
 - 4.11.2 Legitimidade para requerer e decretar.
 - 4.11.3 Pressupostos.
 - 4.11.4 Hipóteses de admissibilidade.
 - 4.11.5 Duração da preventiva e excesso de prazo na formação da culpa.
 - 4.11.6 Revogação da prisão preventiva.
 - 4.11.7 Prisão preventiva e causas excludentes de ilicitude e culpabilidade.
 - 4.12 Prisão temporária.
 - 4.12.1 Origem.
 - 4.12.2 Conceito e finalidade.
 - 4.12.3 Requisitos.
 - 4.12.4 Procedimento e prazos.
 - 4.13 Prisão domiciliar.
 - 4.14 Antiga prisão decorrente de pronúncia (revogação).
-
- 5. Liberdade provisória.
 - 5.1 Conceito.
 - 5.2 Distinção entre relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da prisão cautelar.
 - 5.3 Espécies de liberdade provisória.
 - 5.3.1 Liberdade provisória sem fiança.
 - 5.3.2 Liberdade provisória com fiança.
 - 5.3.2.1 O instituto da fiança.
 - 5.3.2.2 Crimes inafiançáveis.
 - 5.3.2.3 Valor da fiança.
 - 5.3.2.4 Fiança arbitrada pela autoridade policial.

- 5.3.2.5 Incidentes relativos à fiança.
- 5.4 Liberdade provisória obrigatória.
- 5.5 Liberdade provisória com vinculação e sem vinculação.
- 5.6 Liberdade provisória e suas impugnações recursais.

UNIDADE II

6. Nulidades processuais.

- 6.1 Conceitos.
- 6.2 Espécies de atos processuais (irregularidades, nulidades relativas e absolutas).
- 6.3 Princípios referentes às nulidades.
- 6.4 Nulidades em espécie.
- 6.5 Renovação e sanatórias.
- 6.6 Arguição das nulidades.
- 6.7 Nulidades no inquérito policial.

7. Teoria geral dos recursos.

- 7.1 Fundamentos.
- 7.2 Conceitos e características.
- 7.3 Natureza jurídica.
- 7.4 Classificação.
- 7.5 Princípios gerais dos recursos.
- 7.6 Requisitos de admissibilidade dos recursos penais: pressupostos objetivos e pressupostos subjetivos.
- 7.7 Efeitos recursais.
- 7.8 Extinção recursal.
- 7.9 Trânsito em julgado.
- 7.10 Recursos em tribunais superiores e no Supremo Tribunal Federal.
- 7.11 Recursos em espécie.
- 7.12 Recurso em sentido estrito.
- 7.13 Apelação.
- 7.14 Protesto por novo juri (revogação).
- 7.15 Carta testemunhável.
- 7.16 Correição parcial.
- 7.17 Embargos de declaração.
- 7.18 Embargos infringentes e de nulidade.

- 7.19 Agravo regimental.
- 7.20 Recurso extraordinário e recurso especial.
- 7.21 Recurso ordinário constitucional.
- 7.22 Reclamação constitucional.
- 7.23 Agravo de instrumento.
- 7.24 Embargos de divergência.
- 7.25 Agravo em execução.
- 7.26 Reclamação contra lista de jurados.

8. Ações autônomas de impugnação.

8.1 *habeas corpus*.

8.2 revisão criminal.

8.3 mandado de segurança.

METODOLOGIA

A metodologia adotada será com exposições orais no modelo palestra em sala de aula, exercícios práticos, com análises de casos cotidianos aplicáveis ao conteúdo em estudo, debates e seminários acadêmicos.

Os procedimentos de produção do conhecimento serão desenvolvidos para responder com coerência a necessidade de desenvolver competências profissionais nos estudantes. Para isso, serão utilizadas metodologias ativas que propiciarão aos estudantes a participação direta no processo de construção do conhecimento.

Método do Diálogo Socrático; metodologia da Problematização e o método do estudo de casos.

RECURSOS

Quadro branco (lousa) e data show.

AVALIAÇÃO

A avaliação será feita através de conceitos, aproveitando-se todas as atividades desenvolvidas pelo aluno durante a unidade (provas; trabalhos individuais ou grupais; exercícios em sala de aula ou fora dela; participação do aluno nas discussões desencadeadas na sala de aula; interesse do aluno nas variadas atividades propostas; assiduidade e disciplina) que se somarão as notas adequando-se às normas institucionais que prescrevem três avaliações por semestre. As avaliações serão objetivas e subjetivas com gradação parcial somativas em três ou mais atividades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TÁVORA, Nestor e ALENCAR, Rosmar Rodrigues. *Curso de Direito Processual Penal*. Salvador. JusPodivm.

LIMA, Renato Brasileiro de. *Manual de Processo Penal – Volume único –*. Salvador. JusPodivm,.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Processo Penal e Execução Penal* Rio de Janeiro. Forense.

CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal* São Paulo. Saraiva.

AVENA, Noberto Cláudio Pâncaro. *Processo Penal: esquematizado* São Paulo. Método..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de Processo Penal*. São Paulo, Atlas.

GRECCO FILHO, Vicente. *Manual de Processo Penal*. São Paulo, Saraiva.

RANGEL, Paulo. *Direito Processual Penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

GRINOVER, Ada Pelegrini, Fernandes, Antonio Scarance, Gomes Filho, Antonio Magalhães, *As Nulidades do Processo Penal*, São Paulo, Revista dos Tribunais.

GRINOVER, Ada Pelegrini, Fernandes, Antonio Scarance, Gomes Filho, Antonio Magalhães, *Recursos no Processo Penal*, São Paulo, Revista dos Tribunais.

GRINOVER, Ada Pelegrini, Filho, Antonio Magalhães Gomes, Fernandes, Antonio Scarance e Gomes, Luiz flávio, *Juizados Especiais Criminais*, São Paulo, Revistas dos Tribunais.

MARQUES, José Frederico – *Curso de Processo Penal – 2 volumes –* Rio de Janeiro: Editora Forense, Edição mais recente

TORNAGHI, Hélio Bastos – *Instituições de Processo Penal – 2 volumes –* São Paulo: Editora Saraiva. Edição mais recente.

Obs.1: O material acima apontado não exclui outros que poderão ser indicados.

Obs.2: Ante as constantes modificações no arcabouço normativo brasileiro, recomenda-se sempre o estudo pelo exemplar mais atualizado.

COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO